

**ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – CONSEMA – 2025.**

Aos vinte e nove do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 8:30 horas iniciou a 01ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA a Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente do CONSEMA em substituição, deu por aberta, com o quórum formado. Item I – Relação de presença dos representantes do Conselho Pleno na 01ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno: Enéias Corrêa Figueiredo Júnior, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Adelayne Bazzano de Magalhães, representante da Secretaria de Estado de Saúde; Magda Chagas, representante da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar; Severino de Paiva representante da Universidade de Mato Grosso, Ticiano Juliano Massuda, representante da Procuradoria Geral do Estado; Marcos Felipe, representante da Secretaria de Estado de Educação; Edileia Patricia Da Silveira, representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; Adilson Ruiz, representantes da Federação das Indústrias de Mato Grosso; Luana Maria de Andrade, representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso; Edilberto Gonçalves de Souza representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústria do Estado de Mato Grosso, Rafael Sabo representante da Associação Mato-grossense de Municípios, Fabrina Gouvea representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Anderson Martins Lombardi, representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Edvaldo Belisário, representante do Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso; Sandro Andreani, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Eduardo Ostelony representante da Federação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade do Estado de Mato Grosso; Márcio Augusto Fernandes Tortorelli, representante do Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania; Mauro Ribeiro, representantes do Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina; Ilvanio Martins representante da Fundação de Apoio à Vida Nos Trópicos; Paolo Monte Cruz Rodrigues, representante do Grupo Pró-Ambiental; André Zorteia Antunes representante da Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascente do Rio Paraguai. Tendo o quórum firmado, com a palavra a Sra. Lilian Ferreira dos Santos, que questiona a Secretária Executiva do CONSEMA, Silvia Fernanda Theophilo Carmona, se há informes da secretaria. Ela explica sobre as atas, dizendo que em dezembro foi um mês muito atarefado e não houve tempo para prepará-las.

36 Em janeiro, a pessoa responsável pela elaboração das atas estava de férias, mas na  
37 próxima reunião as atas estarão prontas e disponíveis para os conselheiros. Pedi-o  
38 desculpa, passando à apresentação da matéria em regime de urgência: Lembrando  
39 que precisamos que os senhores marquem uma reunião extraordinária para o dia 10  
40 de fevereiro, às 9 horas. Creio que seja um bom horário para todos, para que  
41 possamos realizar o sorteio da composição das juntas do biênio 2025/2027. A  
42 secretaria executiva Silvia perguntou se todos os conselheiros estão de acordo com o  
43 dia 10 para a reunião extraordinária. Todos de acordo, às 9 horas. A reunião será  
44 presencial e o link será enviado, tivemos uma atualização sobre a nossa educação  
45 ambiental. A secretaria informou que houve uma reunião na qual foi aprovado o nome  
46 de Vicente Falcão e Adelayne Magalhães para participar. No entanto, Vicente Falcão  
47 recomendou o Bazan, que não faz mais parte. Além disso, Vicente Falcão está muito  
48 atarefado agora, pois assumiu uma função na Prefeitura de Cuiabá como secretário  
49 adjunto de Agricultura, e ele não está conseguindo conciliar. E ouve um  
50 questionamento modificar isso. O pessoal da Educação Ambiental está com  
51 dificuldades para conversar com Vicente Falcão, já que ele precisa ser nomeado, mas  
52 a nomeação não ocorreu. Somente a Dra. Adelayne Magalhães foi nomeada até  
53 agora. O CONSEMA precisa escolher um conselheiro para substituir o representante  
54 Vicente Falcão, que representava o CONSEMA na instituição. O conselheiro Mauro  
55 Ribeiro, representante da IESCBAP, sugere que aguardemos a eleição das ONGs,  
56 que ocorrerá no dia 3, e após a eleição, façamos a indicação. Podemos realizar uma  
57 reunião da comissão de Educação Ambiental amanhã, mas seria interessante  
58 aguardar até o dia 3 para a eleição e, depois disso, fazer uma indicação. Sra. Lilian  
59 questionou se Adelayne consegue participar até que um novo representante seja  
60 escolhido. Adelayne respondeu que sim, está disponível. Passando para o próximo  
61 item da pauta, o processo **Processo nº 411018/2017 – Agropecuária Três Estrelas**  
62 **LTDA – Fazenda Sonho Dourado – Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA**; O  
63 Superintendente de Substituição Jerônimo deu início a apresentação explicando que o  
64 processo em pauta envolvem o entorno de uma terra indígena. O processo trata da  
65 obtenção de uma licença prévia de instalação para um projeto de irrigação na fazenda  
66 Sonho Dourado, localizada na rodovia Itaquerê, na zona rural do município de Novo  
67 São Joaquim e Santo Antônio do Leste, na região central do estado Ele explicou que o  
68 município de Santo Antônio do Leste é recente, com cerca de 7.000 habitantes e uma  
69 área urbanizada de 2,56 km². A fazenda onde será realizado o projeto já utilizado para  
70 atividades agrícolas, e o objetivo é implantar um sistema de supervisão com captação

71 de água de um curso d'água local. A área fica a cerca de 2,68 km de distância da terra  
72 indígena Sangradouro Volta Grande, que é ocupada pelos povos Chavantes e  
73 Bororos, com uma população aproximada de 1.817 habitantes. Jerônimo destacou  
74 que, antes do início do processo de licenciamento, foi realizada uma consulta à  
75 comunidade indígena afetada, conforme exigido. O ata dessa consulta foi elaborado  
76 em setembro de 2022, com as assinaturas dos presentes. Além disso, foi realizado  
77 um relatório fotográfico da reunião com a comunidade. O processo também inclui um  
78 Plano de Controle Ambiental, que avalia os impactos ambientais e as medidas  
79 mitigadoras permitidas para o projeto, além de uma solicitação à Funai, que foi feita  
80 em 2019, informando sobre a atividade sendo os aspectos ambientais e as medidas  
81 para mitigar possíveis impactos à fauna e à flora, assim como a outorga para o uso da  
82 água, foram considerados. A atividade será realizada em uma área antropizada (já  
83 utilizada para agricultura), e todas as deficiências foram tomadas. O engenheiro  
84 responsável pelo projeto foi Renato, com a participação de uma equipe multidisciplinar  
85 da unidade especializada CAPIA, que licencia atividades de segurança. Um parecer  
86 técnico emitido pela CAPIA em 2024 recomenda a dispensa do Estudo de Impacto  
87 Ambiental (EIA), pois o projeto não caracteriza um sinal de impacto ambiental. Posto  
88 em discussão. O trecho que você forneceu envolve uma reunião onde o conselheiro  
89 Sandro Adreani, representante do CREA, levanta um ponto sobre a necessidade de  
90 atualizar a outorga, já que a atual está vencida, e sugere que isso deve ser  
91 providenciado. A secretária Lilian responde afirmando que já anotaram a solicitação e  
92 que verificarão a renovação da outorga, caso ainda não tenha sido realizada, mas que  
93 providenciarão isso para incluir no processo. O conselheiro Ilvanio, representante da  
94 ECOTROPICA, questiona sobre o volume de 0,26 metros cúbicos por segundo  
95 mencionado no requerimento. Ele observa que esse volume parece significativo para  
96 a atividade proposta e questiona se o uso do recurso hídrico será contínuo (perene)  
97 ou se haverá variações ao longo do tempo, como aumento ou diminuição do volume.  
98 Ele destaca que não conseguiu perceber claramente no processo se há essa  
99 perspectiva de variação temporal no uso do recurso. O Superintendente Jerônimo fez  
100 uma explanação técnica sobre a prática de irrigação e drenagem, abordando  
101 principalmente o contexto agrônomo e a prática de irrigação no Brasil Central,  
102 utilizando o pivô central. Ele explicou que o uso da água para irrigação segue o ciclo  
103 das culturas, em que, dependendo da fase de desenvolvimento da planta, a demanda  
104 por água varia. Por exemplo, em fases de colheita, não se deseja irrigação, pois a  
105 planta precisa secar para alcançar o grau de umidade ideal. Ele destacou que a

106 solicitação de outorga de água de janeiro a janeiro leva em conta a alternância de  
107 ciclos de culturas, como leguminosas e gramíneas, visando o controle de pragas e  
108 doenças. Além disso, a escolha de culturas de ciclo mais curto, como feijão, também  
109 permite aproveitar a sazonalidade da água, ajustando o uso de recursos hídricos  
110 durante períodos secos, por exemplo. Jerônimo também mencionou que, para o  
111 produtor, o uso de água para irrigação envolve custos mais altos devido ao consumo  
112 de energia elétrica, já que a irrigação depende de máquinas e motores. Porém, ele  
113 explicou que a quantidade de água solicitada não é constante de janeiro a janeiro, já  
114 que existem formas de estocar água e ajustar a irrigação conforme a necessidade.  
115 Adicionalmente, ele destacou que a irrigação é mais eficiente em períodos com menor  
116 incidência de radiação solar, para evitar perdas por evaporação. Por fim, ele ressaltou  
117 que a irrigação é um tema complexo, que exigiria mais tempo para um debate mais  
118 aprofundado. A conselheira Fabrina Gouvea, representante da OAB/MT, fez uma  
119 observação sobre a importância da questão hídrica, especialmente em relação à  
120 irrigação. Ela citou o Decreto nº 1268 de 2022, que classifica a irrigação como de alto  
121 impacto quando se refere a áreas superiores a 200 hectares, e mencionou que a área  
122 de irrigação do projeto em questão é de 250 hectares, conforme informado no início  
123 do processo. Ela também destacou que, apesar de ser possível dispensar o EIA/RIMA  
124 dependendo da análise técnica da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), é importante  
125 analisar a abertura dessa dispensa, dado o impacto dessa atividade. Ela questionou  
126 como o impacto da área de irrigação foi analisado à luz dessa legislação. O  
127 Superintendente Jerônimo respondeu, explicando que, conforme o Decreto, a  
128 irrigação em áreas acima de 200 hectares é de alto impacto, mas ressaltou que, ao  
129 combinar essa informação com a legislação vigente, a exigência do EIA/RIMA só se  
130 aplica a áreas de irrigação superiores a 1000 hectares. No caso em questão, a área é  
131 menor, de 250 hectares, o que não se enquadraria na exigência obrigatória do  
132 EIA/RIMA, pois a legislação permite dispensá-lo em áreas irrigadas menores, como no  
133 caso de um único pivô. Ele explicou ainda que o impacto é reconhecido e que a  
134 análise levou em consideração a distância, o grau de impacto e a natureza da  
135 atividade, sendo que a dispensa do EIA/RIMA foi fundamentada no fato de que a área  
136 de irrigação está abaixo dos 1000 hectares, conforme permitido pela legislação. A  
137 medida foi encaminhada para aprovação do pleno com essas considerações. O  
138 conselheiro Anderson Martins Lombardi, representante da SEDEC, fez um importante  
139 apontamento sobre o trabalho da SEDEC relacionado à irrigação no Estado,  
140 destacando que atualmente há mais de 400.000 hectares de irrigação. Ele mencionou

141 que, ao visitar o estado de Nebraska, nos Estados Unidos, teve a oportunidade de  
142 entender como é feito o trabalho de fiscalização e cuidado com as águas  
143 subterrâneas. Lombardi compartilhou uma experiência pessoal, revelando que antes  
144 tinha um certo preconceito em relação à irrigação, acreditando que ela esgotava os  
145 recursos hídricos. No entanto, ele explicou que, na realidade, a água utilizada na  
146 irrigação não é desperdiçada; ela retorna ao meio ambiente de diversas formas, seja  
147 através de chuvas ou infiltrando-se de volta nos aquíferos. Ele fez uma comparação  
148 com Nebraska, onde a irrigação por pivô central é utilizada desde a década de 1970, e  
149 os aquíferos subterrâneos nunca perderam seu nível, mostrando que, com o uso  
150 adequado e cuidadoso, a irrigação pode ser uma prática sustentável. Lombardi  
151 também ressaltou que a SEDEC está trabalhando em conjunto com o Instituto IMAFIR  
152 em um projeto que visa estudar as águas subterrâneas e superficiais do estado, o que  
153 trará mais segurança jurídica nas aprovações e ajudará a garantir o desenvolvimento  
154 sustentável de Mato Grosso, sem comprometer o meio ambiente. Ele concluiu que,  
155 após estudar o tema, superou o preconceito inicial e agora vê a irrigação de forma  
156 mais positiva, reconhecendo que, quando bem gerida, a irrigação não prejudica o  
157 meio ambiente, mas contribui para a manutenção dos recursos hídricos. Lombardi  
158 também sugeriu que o Instituto IMAFIR, que está preparando uma apresentação para  
159 o Plano ABC e para a sociedade, também faça uma apresentação para o Conselho, a  
160 fim de compartilhar mais informações sobre o projeto e a irrigação. A Sra. Lilian  
161 agradeceu o conselheiro Anderson Lombardi e compartilhou que também teve a  
162 oportunidade de visitar o estado de Nebraska, reconhecendo-o como o maior estado  
163 irrigado dos Estados Unidos, com o maior uso de pivôs centrais. Ela enfatizou que,  
164 por meio da parceria entre a SEDEC, a SEMA, o Instituto IMAFIR e a Universidade de  
165 Nebraska, o objetivo é desenvolver a agricultura irrigada em Mato Grosso com foco na  
166 preservação e conservação das águas. Recentemente, o Projeto de Lei (PL) da  
167 Irrigação foi aprovado, estabelecendo diretrizes para o estado, e Lilian reforçou que a  
168 preocupação principal é garantir a disponibilidade e conservação da água para o  
169 futuro. Ela concordou com Lombardi sobre a importância de uma apresentação no  
170 CONSEMA para esclarecer as práticas e os estudos realizados com esses órgãos,  
171 especialmente sobre o uso racional da água e a análise feita pelo setor de outorga. O  
172 conselheiro Sandro Andreani, representante do CREA, comentou sobre a importância  
173 de desmistificar a irrigação, explicando que a água não "acaba" durante o processo.  
174 Ele afirmou que a irrigação é aplicada conforme a necessidade da planta e que a água  
175 que sobra do processo infiltra no solo, indo para o lençol freático e retornando à

natureza. Ele concordou com as falas de Jerônimo, Lombardi e Lilian, reforçando o ponto de que a irrigação, quando bem feita, não prejudica os recursos hídricos. O conselheiro Adilson Ruiz, representante da FIENT, também concordou com as falas anteriores, mencionando sua experiência como geólogo, especialmente na área de hidrogeologia, e reforçou que a água não desaparece durante o processo de irrigação, mas retorna ao lençol freático, reintegrando-se ao ciclo da natureza. Após esses esclarecimentos e discussões, Lilian sugeriu que fosse feita uma votação sobre a dispensa ou não do EIA/RIMA do processo. **Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA – Processo nº 411018/2017 Agropecuária Três Estrelas LTDA** - Votaram favoráveis à dispensa: **SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRA, UNEMAT, PGE, SEDUC, FIENT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREIA, OAB, IESCBAP, ITEEC, GPA, FETRATUH, e APRAPA.** Votou contra **ECOTROPICA**. Considerando a decisão, por maioria, com 20 (vinte) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 411018/2017 – Fazenda Sonho Dourado e consequentemente referendando o parecer técnico 179800/CAPIA/SUIMIS/2024 da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. **Próximo processo da pauta 7036/2024 – Agropecuária Três Estrelas LTDA solicitação de dispensa de EIA/RIMA.** O Superintendente Jerônimo iniciou a apresentação do processo 7036/2024, que trata de um pedido de licenciamento ambiental para a Agropecuária Três Estrelas, localizado na Fazenda Sonho Dourado, na zona rural de Santo Antônio do Leste. O processo envolve a solicitação de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para uma atividade de armazenamento de produtos perigosos, como defensivos agrícolas, com uma estrutura de barracão impermeabilizado, que tem sistemas de controle ambiental, como canaletas e caixas separadoras de água e óleo, para evitar qualquer contaminação. Jerônimo detalhou a área do projeto, que está situada próxima a terras indígenas (Terra Indígena Sangradouro Volta Grande), e destacou a necessidade de observar a proximidade da área com essas terras indígenas, uma questão importante para a análise ambiental. Ele mencionou a importância da consulta prévia com a comunidade indígena, que foi realizada e registrada em ata, e ressaltou que a atividade se destina a preservar a saúde ambiental, especialmente para evitar contaminações do solo e das águas superficiais e subterrâneas, devido à natureza dos produtos armazenados. A consulta foi feita com a FUNAI, e o processo de licenciamento seguiu as diretrizes estabelecidas, incluindo a realização de uma vistoria periódica da área de armazenagem para garantir que não haja fissuras ou

trincos no piso impermeável, e que os produtos sejam armazenados de forma segura. Jerônimo também destacou que o projeto foi analisado por uma equipe técnica multidisciplinar e que, após avaliar os impactos ambientais, foi recomendada a dispensa do EIA/RIMA, devido à atividade não caracterizar um impacto ambiental significativo, além de contar com as medidas mitigadoras adequadas para garantir a segurança ambiental. Por fim, Jerônimo afirmou que a atividade de armazenamento de defensivos agrícolas é essencial para o controle ambiental das propriedades rurais de Mato Grosso, já que essas práticas visam garantir o armazenamento adequado e prevenir contaminações e acidentes, cumprindo tanto as normas ambientais quanto as regulamentações do Ministério da Agricultura. Ele concluiu colocando a equipe à disposição para responder a quaisquer dúvidas dos conselheiros. Posto em discussão, não havendo manifestação, **Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA – Processo nº 7036/2024 Agropecuária Três Estrelas LTDA** - Votaram favoráveis à dispensa: **SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRA, UNEMAT, PGE, SEDUC, FIEMT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREIA, OAB, IESCBAP, ITEEC, GPA, ECOTROPICA, FETRATUH, e APRAPA.** Considerando a decisão, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 7036/202014 – Agropecuária Três Estrelas e consequentemente referendando o parecer técnico 181051/CSER/SUIMIS/2024 da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. **Próximo processo da pauta 7002415/2023 – Fazenda Três Coqueiros solicitação de dispensa de EIA/RIMA.** Com a palavra a equipe técnica da empresa GFB para apresentação do projeto, que deu início dizendo que se trata do processo de Diagnóstico ambiental com pedido de supressão da Fazenda Três Coqueiros do município de Brasnorte, objetivo do projeto é o diagnóstico ambiental com base em um pedido de supressão de 264,72 hectares, identificados após a regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A área envolvida possui fragmentos que dificultam a dinâmica da propriedade e, portanto, a supressão visa organizar o espaço de maneira mais eficiente para as atividades agrícolas. A equipe técnica responsável inclui profissionais de diversas áreas, como antropólogos, engenheiros ambientais e biólogos, coordenados por Ricardo Bonora. Eles realizaram estudos sobre a flora e fauna da região, coletando dados primários e secundários para elaborar um diagnóstico detalhado. Entre as espécies observadas, algumas estão classificadas como ameaçadas de extinção. A área está inserida no Planalto do Parecis, em uma região de clima equatorial e solo do tipo latossolo vermelho. Parte da propriedade está situada em uma zona de

amortecimento de uma terra indígena, o que exigiu a consulta e autorização da comunidade indígena local para o desenvolvimento do projeto. A consulta foi realizada de forma adequada e os indígenas foram informados sobre a visita. A área da Fazenda Três Coqueiros é predominantemente de cerrado, e o projeto de supressão inclui medidas mitigadoras, como o monitoramento contínuo da área, o resgate de fauna e a destinação correta dos resíduos. A proposta conta com a aprovação de pareceres técnicos e ambientais, incluindo ajustes no estudo da fauna (como morcegos) e no diagnóstico da flora. Além disso, medidas para a conservação das matas ciliares e áreas de preservação permanente (APPs) foram implementadas desde a validação do CAR, com laudo aprovado. O projeto segue com o monitoramento da área e o respeito às condicionantes ambientais, e a equipe está aberta para esclarecimentos adicionais sobre o processo. O conselheiro Mauro Ribeiro, representante do IESCBAP, fez um questionamento sobre a existência de espécies proibidas de corte ou que precisariam ser protegidas na área do PEF (Plano de Exploração Florestal). A equipe da GFB Consultoria respondeu que não foram identificadas espécies proibidas de corte, nem no imóvel nem nos arredores. Eles destacaram que, embora a área esteja dentro de um bioma de cerrado, e o pequi pode ser encontrado na região, não foi registrado nem no inventário nem na amostragem da área. Além disso, os profissionais responsáveis pela supressão de vegetação foram orientados a preservar qualquer espécie encontrada durante o processo, caso necessário. A indagação de Mauro Ribeiro se deu em relação ao uso do "correntão", uma técnica que pode causar impacto na vegetação da área. Posto em discussão, não havendo manifestação, **Posto em votação pela Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA – Processo nº 7002415/2023 – Fazenda Três Coqueiros -** Votaram favoráveis à dispensa: **SEMA, SES, SEAF, SEDEC, SINFRA, UNEMAT, PGE, SEDUC, FIEMT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREIA, OAB, IESCBAP, ITEEC, GPA, ECOTROPICA, FETRATUH, e APRAPA.** Considerando a decisão, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº 7002415/2023 – Fazenda Três Coqueiros e consequentemente referendando o parecer técnico 184092/CRF/SUGF/2025 da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso. A conselheira Fabrina Gouvea, representante da OAB, fez uma manifestação para complementar sua fala anterior sobre a compensação financeira ambiental. Ela destacou que, em alguns casos, nem todos os conselheiros possuem um conhecimento total sobre o assunto e sugeriu que seria importante pensar em capacitação para os conselheiros,

281 especialmente considerando a entrada de novos membros, cada um com sua área de  
282 atuação. Ela explicou que, ao dispensar a exigência de compensação ambiental  
283 financeira no processo de licenciamento, a empresa não precisará contribuir  
284 financeiramente para a compensação, que seria destinada às unidades de  
285 conservação próximas. Ao dispensar essa compensação, o estado assume a  
286 responsabilidade por essa contribuição. Fabrina enfatizou que, ao tomar essa decisão,  
287 é importante avaliar se a empresa tem condições de fazer essa contribuição, já que,  
288 dependendo do porte do empreendimento, o valor da compensação pode ser pouco  
289 significativo para a empresa. Em seguida, a conselheira falou sua experiência na  
290 presidência da Comissão de Alteração da Resolução 41, que trata do licenciamento  
291 ambiental para os municípios. Ele explicou que assumiu a presidência, mas estava  
292 sobrecarregado, acumulando a responsabilidade com o Regimento Interno. Sem  
293 suplentes adequados, ela delegou a parte técnica ao conselheiro Bazan, enquanto a  
294 conselheira relatou dificuldades para avançar, já que os apontamentos e as  
295 conclusões das reuniões anteriores não foram trazidas, o prazo já foi extrapolado e,  
296 até o momento, os envolvidos não trouxeram as informações necessárias para  
297 concluir o processo. A conselheira pediu ajuda aos membros do grupo para retomar  
298 as discussões e finalizá-las. Ele também informou que o conselheiro Vicente não  
299 esteve mais à frente das questões e sugeriu que foi formado um novo grupo para  
300 definir os próximos passos. A conselheira também comentou sobre a importância de  
301 uma capacitação contínua para os conselheiros, uma vez que, mesmo com 25 anos  
302 de experiência na área ambiental, ele sente a necessidade de atualização e  
303 compreensão mais profunda de temas específicos, especialmente no contexto do  
304 pleno. Ele agradeceu e elogiou o conselheiro Sandro que sempre oferece algum tipo de  
305 explicação para esclarecer melhor. Ao fim da reunião teve vários pontos discutidos,  
306 começando com a despedida da Sra. Silvia Fernanda, que foi secretária executiva do  
307 CONSEMA. Ela fez sua despedida e também anunciou a chegada do novo secretário,  
308 o Tenente Coronel Lupércio Cabral Santos, que assumirá a partir de fevereiro. O  
309 conselheiro Belizário, representante da FAMATO, deu as boas-vindas ao novo  
310 secretário, destacando a importância de sua colaboração com o CONSEMA e  
311 agradecendo o trabalho dedicado de Silvia. Silvia também agradeceu a todos pelos  
312 aprendizados e preocupação com a importância de desafios contínuos para manter-se  
313 ativo e engajado com o trabalho, especialmente após os 70 anos. Sra. Silvia  
314 apresentou um comunicado sobre a 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente de  
315 Mato Grosso , destacando a mudança na portaria 75/2025 que regula as delegadas

316 natas e solicitando a participação de representantes do CONSEMA. A conferência  
317 ocorrerá em 18 e 19 de fevereiro, com o objetivo de discutir propostas para  
318 representar Mato Grosso na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, programada  
319 para Maio de 2025. A Sra Silvia explicou que, segundo a portaria, um representante  
320 por entidade pode participar, com direito a voz e voto, e que seria necessário que os  
321 membros escolhessem seus representantes o mais rápido possível, já que o prazo  
322 para inscrições estava apertado. A Sra Silvia também abordou um ponto de reflexão  
323 sobre a natureza, citando um filósofo que dizia: "Deus perdoa sempre, o ser humano  
324 quase sempre, a natureza não perdoa". Ela aborda sua reflexão pessoal sobre como a  
325 natureza, sendo provedora de todos os seres vivos, precisa ser respeitada para  
326 continuar a sustentar a vida no planeta. Ao final, o conselheiro Mauro trouxe uma  
327 questão sobre a Lei 18.224, que foi vetada pelo governo estadual e que reclassificou  
328 a vegetação da Amazônia para o Cerrado. Ele parabenizou o veto à lei e sugeriu que  
329 o CONSEMA fosse convidado a participar de um grupo de trabalho que está sendo  
330 formado para tratar de estudos e melhorias sobre essa legislação. A Sra Lilian  
331 presidente do CONSEMA informou que a secretária Mauren, da SEMA, está  
332 participando da criação deste grupo e que levaria uma solicitação de representação  
333 do CONSEMA para ser incluída. A reunião foi encerrada com agradecimentos a todos  
334 os participantes, desejando boa sorte à Dra. Silvia e destacando o trabalho  
335 colaborativo no CONSEMA. Não havendo mais inscrição para o uso da palavra livre e  
336 não tendo mais nenhum assunto a tratar. A sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente  
337 do CONSEMA em substituição, agradece a participação e disposição de todos, deu  
338 por encerrada a 01ª Reunião Ordinária do CONSEMA, a ata foi lavrada pelo Sr.<sup>a</sup>  
339 Emilio Soares Neto e assinada pela Presente.

340  
341 Lilian Ferreira dos Santos  
342 Presidente do CONSEMA,  
343 em substituição